



- ARTIGOS LIVRES: FORMAÇÃO ACADÊMICA, TRABALHO E LIBERDADE, VIDA COTIDIANA, SABERES E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS
- DOSSIÊ: POVOS INDÍGENAS E EPISTEMOLOGIAS: LUTAS E EDUCAÇÃO NOS PROCESSOS HISTÓRICOS/SOCIAIS E DE REEXISTÊNCIA
- PAUTAS INSUBMISSAS: ENTREVISTA, CRÔNICA E ENSAIOS

Revista Debates Insubmissos



REVISTA DEBATES INSUBMISSOS

ANO VI – V.6, Nº 21 – Maio, Junho, Julho, Agosto de 2023 – ISSN 2595-2803

É uma publicação quadrimestral editada pelo Grupo de Pesquisa Movimentos Sociais, Educação e Diversidade na América Latina, vinculado ao Programa de Pós-graduação em Educação Contemporânea da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). As ideias e opiniões contidas em artigos assinados ou entrevistas nesta publicação são de responsabilidade de seus(uas) autores(as), não refletindo, necessariamente, o pensamento epistemológico e político deste Grupo de Pesquisa ou de seus Editores.

Dados Internacionais de catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Revista Debates Insubmissos / Grupo de Pesquisa Movimentos Sociais, Educação e Diversidade na América Latina, Universidade Federal de Pernambuco. – Vol. 1, n.1 (abr. 2018). – Caruaru: Universidade Federal de Pernambuco, Grupo de Pesquisa Movimentos Sociais, Educação e Diversidade na América Latina, 2018- .

Quadrimestral

ISSN 2595-2803

1. Movimentos Sociais – Periódicos. 2. Educação e Diversidade – Periódicos. I. Universidade Federal de Pernambuco. Grupo de Pesquisa Movimentos Sociais, Educação e Diversidade na América Latina.

CDD (23.ed) 303

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE
GRUPO DE PESQUISA MOVIMENTOS SOCIAIS, EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE NA AMÉRICA LATINA

Reitor

Alfredo Macedo Gomes

Vice-Reitor

Moacyr Cunha de Araújo Filho

Pró-Reitor de Pesquisa

Carol Virgínia Góis Leandro

Diretor do Centro Acadêmico do Agreste

Manoel Guedes Alcoforado Neto

Líder do Grupo de Pesquisa Movimentos Sociais, Educação e Diversidade na América Latina

Allene Carvalho Lage

Vice-Líder do Grupo de Pesquisa Movimentos Sociais, Educação e Diversidade na América Latina

Everaldo Fernandes da Silva

Editores

Allene Carvalho Lage, Boaventura de Sousa Santos, Maria Paula Meneses

Conselho Editorial Nacional

Adriano de León (UFPB); Alexandra Lima (UERJ); Ana Elisa de Castro Freitas (UFPA); Anderson Ferrari (UFJF); André Ferreira (UFPE); Benedito Medrado (UFPE); Caetano de Carli (UFRPE); Cássio Eduardo Viana Hissa (UFMG); Conceição Clarete Xavier Travalha (UFMG); Danilo Streck (UNISINOS); Debora Cristina Rezende de Almeida (UnB); Ernani Rodrigues de Carvalho Neto (UFPE); Everaldo Fernandes (UFPE); Fernando Guilherme Tenório (FGV); Gildemarks Costa e Silva (UFPE); Inês Virgínia Prado Soares (Unicamp); Jader Ferreira Leite (UFRN); Jaqueline Barbosa (UFPE); Jefferson de Souza Bernardes (UFAL); Jorge Luiz Cardoso Lyra da Fonseca (UFPE); Júlia Figueredo Benzaquen (UFRPE); Lemuel Guerra (UFCG); Lourenço da Conceição Cardoso (UNILAB); Luis Távora Furtado Ribeiro (UFC); Luiz Augusto Passos (UFMG); Márcia Nina Bernardes (PUC/RJ); Márcio Caetano (FURG); Marco Aurélio Máximo Prado (UFMG); Marcos Antonio Ferreira do Nascimento (FIOCRUZ); Marcos Ribeiro Mesquita (UFAL); Maria do Carmo Gonçalves Santos (UFPE); Maria Lúcia Lima (UFPA); Maria Luiza Alencar (UFPB); Mario de Faria Carvalho (UFPE); Mary Ferreira (UFMA); Míriam de Fátima Chagas (MPF/RS); Mônica Franch (UFPB); Nélio Vieira de Melo (UFPE); Orlandil de Lima Moreira (UFPB); Oscar Rover (UFSC); Rebecca Abers (UnB); Regina Facchini (UNICAMP); Telmo Adams (UNISINOS); Thiago Aparecido Trindade (UnB); Thula Rafaela de Oliveira Pires (PUC/RJ); Virgínia Leal (UFPE).

Conselho Editorial Internacional

Ana Maria Simões Azevedo Brandão (UMinho - ICS, Portugal); Bruno Sena Martins (CES-UC, Portugal); Eugénie Eyeang de Libreville (ENS, Gabão); Eurídice Monteiro (UCV, Cabo Verde); Evangelina Bonifácio (ESEB- IPB, Portugal); Fatima Viegas (UAN, Angola); Fernando Lopez Parra (IAEN, Equador); Fodé Abulai Mané (FDB, Guiné-Bissau); Hector Fabio Ospina (UM, Colômbia); Inés Fernandez Moujan (UNRN, Argentina); Isabel Casimiro (UEM, Moçambique); José Antonio Frías (US, Espanha); José Maria Hernandez (US, Espanha); José Tranier (UNR, Argentina); Michel Maffesoli (UPD, França); Odair Barros Varela (UCV, Cabo Verde); Osvaldo Moreira (UNI – Paraguai); Pauline Mendes (INEP, Guiné-Bissau); Zélia Anastácio (UMinho, Portugal).

Redação

Ayanne Priscila Alves Sobral (UFBA); Cinthia Genelice dos Santos (UFPE); Elba Ravane Amorim (UFPE); Ericka Omena Erickson (SFSU - Estados Unidos); Fábila Roseana Souza Oliveira da Silva (UFPE); Filipe Antonio Ferreira da Silva (UFPE); Jessica Priscila Garcia de Souza (UFPE); Joana Teixeira Ferraz da Silva (UMinho, Portugal); Letícia Oliveira de Souza (UFPE); Marciano Antonio da Silva (UFPE); Márcio Rubens de Oliveira (UFPE); Rafaela Sofia Gonçalves Ribeiro (UMinho, Portugal); Rubem Viana de Carvalho (UFPE); Sérgio Antônio Rêgo (UMinho, Portugal), Simone Salvador de Carvalho (UFPE).

Tradução e/ou Revisão dos Resumos

Ericka Omena Erickson e Veríssimo Ferreira da Silva

Projeto Gráfico

Ubiratan Egito

Capa

Mosaico de imagens elaborado pelo designer Janielson Cavalcante de Almeida.

EDITORIAL I

EDITORIAL I

Esta edição da Revista Debates Insubmissos chega num momento de acontecimentos fortes no Brasil e no mundo Árabe, que demonstram que as instituições que foram criadas com a finalidade de defender a democracia, tanto ao nível nacional como mundial, têm suas dificuldades de funcionamento, atuando em muitos casos no limite de desafiantes situações de disputas de poder político, econômico e até bélico, especialmente, aquelas que em suas atuações são confrontadas com orquestrações extremistas, alimentadas por mentiras e autoritarismo. São aspectos contundentes de avanços e enfrentamentos que põem em desequilíbrio a tão desejada democracia, paz e justiça social.

Cito aqui dois exemplos, sem a pretensão de ser exaustiva, devido à complexidade de funcionamento das instituições no mundo atual. O primeiro deles trata-se das duas últimas Comissões Parlamentares de Inquéritos (CPIs) instaladas no Senado, conhecidas como CPI do Movimento do Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do Golpe de 8 de janeiro. O segundo exemplo é sobre a atuação da Organização das Nações Unidas (ONU) no Conflito Israel e Hamas.

A primeira CPI, a do MST, foi toda ocupada politicamente por inimigos¹ históricos do MST, apoiadores do garimpo ilegal, da ocupação de terras indígenas, dos madeireiros ilegais, do agronegócio destruidor do meio ambiente e do trabalho escravo. Ricardo Sales, ex-ministro do Meio Ambiente – que defendia deixar a boiada passar – durante o governo Bolsonaro (PL), fez do seu papel de relator uma continuidade de suas atribuições, de quando era Ministro, talvez pensando que ainda estava sob a égide de um governo de extrema direita, onde não precisava respeitar as leis e que era contra os direitos do povo. Além disso seus componentes estavam todos a responder processos criminais por atos ilegais e/ou corrupção.

¹ A presidência e relatoria ficou com Zucco (Republicanos-RS) e Salles. Entre os integrantes, Zé Trovão (PL-SC), Evair de Mello (PP-ES), Cel. Chrisóstomo (PL-RO), Delegado Éder Mauro (PL-PA), Caroline de Toni (PL-SC), entre outros.

A CPI durou 130 dias, e durante todo este período Ricardo Sales tentou insistentemente criminalizar o MST com dados e informações trazidos da época em que foi ministro, mas foi em vão. Ao final, nem o Relatório foi aprovado pela Comissão e a CPI acabou num fracasso total, não só para Salles, mas para a extrema-direita. Para o MST essa foi mais uma tentativa frustrada que mostrou a força e a importância desse Movimento para o Brasil e para as forças democráticas.

A segunda, a CPMI do 8 de janeiro ou CPMI dos Atos Antidemocráticos, que foi uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que investigou a depredação e o financiamento da destruição da Praça dos Três Poderes, em 8 de janeiro de 2023, conseguiu ser concluída, e agora em novembro foi apresentado o Relatório Final². Nesta CPMI compareceu às audiências, por meio de convocação todo o entorno do ex-presidente Bolsonaro, formado em sua maioria por militares, principalmente, do Alto Comando do Exército. Também prestaram depoimento ministros, secretários e funcionários públicos, além de vários empresários, que na época eram supostos financiadores da tentativa de Golpe. Representantes do MST estiveram presentes, fazendo depoimentos históricos, como João Pedro Stédile.

A CPMI aprovou o relatório final da senadora Eliziane Gama (PSD-MA) por 20 votos favoráveis, 11 contrários e uma abstenção, que foi o resultado de uma grande disputa e de debates acalorados. Para se ter ideia, a última sessão da comissão, realizada no dia 18/10/2023 durou mais de sete horas. Em todas as sessões, vale ressaltar, a firmeza e a seriedade com que a Relatora conduziu todas as sessões, enfrentando em muitos casos, discursos misóginos que visavam descredibilizar o seu trabalho frente a relatoria da Comissão.

O relatório final pediu o indiciamento de 61 pessoas por crimes como: associação criminosa, violência política, abolição do Estado Democrático de Direito e golpe de Estado. Na lista de nomes com pedidos de indiciamento incluem 5 ex-ministros de Bolsonaro: Braga Netto, Luiz Eduardo Ramos, Paulo Sérgio Nogueira, Augusto Heleno e Anderson Torres. Integrantes das Forças Armadas (da ativa e da reserva), policiais militares, ex-integrantes do Gabinete de Segurança Institucional e pessoas identificadas como financiadores dos atos.

² Iniciada em 26/04/2023, esta CPMI teve como Presidente o Deputado Federal Arthur Oliveira Maia (UNIÃO-BA), 1.º Vice-presidente, o Senador Cid Gomes (PDT-CE), 2.º Vice-presidente, o Senador Magno Malta (PL-ES).

No encerramento dos trabalhos, parlamentares da base do governo caminharam do Senado até a Praça dos Três Poderes para entregar o Relatório ao Ministério Público (MP), em um ato simbólico, em defesa da democracia e contra os ataques de 8 de janeiro. Espera-se dessa vez que não haja engavetamento do Relatório pelo MP, como fez o anterior procurador da República, o bolsonarista Augusto Aras, com o Relatório da CPI da Pandemia (COVID).

O Relatório também foi entregue ao Supremo Tribunal Federal (STF), na pessoa do Ministro Alexandre de Moraes, que só poderá dar início aos indiciamentos quando receber oficialmente o encaminhamento do MP.

O segundo fato, vem de tempos há muito pretéritos. A história dos conflitos entre Israel e a Palestina vem desde a criação do estado de Israel em 1948, no Pós 2ª Grande Guerra Mundial, quando a comunidade internacional reconhecendo o sofrimento e genocídio ocorrido no Holocausto, começou a discutir com mais força, a ideia de um Estado que abrigaria o povo judeu. Também, ao par e a passo da consolidação do Estado bélico de Israel, o ainda não criado Estado Palestino, vem perdendo território e sendo encurralado na Faixa de Gaza, fazendo deste povo prisioneiro ao céu aberto e numa humilhante convivência com o Estado de Israel, que desde sua criação vem ampliando seu território de maneira constante, através de guerras, conflitos e ocupações por meio de assentamentos.

Esse contexto provocou, talvez, o mais doloroso e cruel de todos os conflitos até hoje registrados na região, que foi a carnificina decorrente do ataque de 7 de outubro de 2023, quando o Grupo Hamas fez uma poderosa e bem planejada ofensiva terrorista, bombardeando Israel, resultando na morte de aproximadamente 1.400 pessoas e outras 229 foram sequestradas, especialmente atingindo jovens, que estavam num festival de música próximo aos limites com a Faixa de Gaza, encontrando Israel desprevenido.

Com este ataque terrorista do Hamas em Israel, deu-se início uma das mais violentas guerras entre Israel e o Hamas, a qual atinge de maneira desproporcional o povo palestino, que vem sofrendo bombardeios constantes em hospitais, escolas e prédios civis. O número de crianças palestinas mortas já chegou a 4.000, segundo informado pela ONU num total de mais de 10.000 mortos. A Faixa de Gaza está totalmente destruída e o povo tendo que fazer deslocamentos forçados, sem água, comida, energia elétrica, combustíveis e remédios, o que se tem transformado numa das maiores crises humanitárias do mundo, resultante de guerra. Nos dias 27 e 28 de outubro

de 2023, a Faixa de Gaza ficou 24 horas completamente sem comunicação. A Organização Mundial da Saúde (OMS) informou que nesse período, jornalistas, médicos e seus familiares ficaram sem comunicação e sem internet. Ninguém no mundo sabia o que se passava na Faixa de Gaza, mas os bombardeios continuavam de forma intensa e permanente. Tudo está destruído.

Enquanto isso a ONU está paralisada ante as disputas históricas entre os cinco países com direito a veto no Conselho de Segurança, que são: Estados Unidos, China, Rússia, França e Reino Unido. Reuniões sucessivas entre os membros do Conselho de Segurança não avançam, pois no momento da votação, vetos desses membros, defendendo seus interesses políticos, não apenas retardam o fim do sofrimento do povo palestino, como os colocam sob uma crise humanitária violenta e absurdamente desproporcional sob constantes bombardeios de Israel. A cada dia morrem mais palestinos que ficam amontoados embaixo dos escombros.

Frases como: “direito de se defender”, “cessar fogo”, “organização terrorista”, “crimes de guerra” são termos que travam a aprovação das resoluções no Conselho de Segurança. Nesse ínterim, os Estados Unidos, parceiro bélico de Israel, têm vetado as tentativas de resolução, porque exige que qualquer documento elaborado por este Conselho, seja elaborado segundo os seus termos e de Israel. Assim, em meio a essa disputa, nenhuma resolução é aprovada e segue o povo palestino sendo assassinado e aos montes. O Conflito se estende e o genocídio contra o povo palestino se consolida.

O Hamas conta com o conhecimento do território e das centenas de quilômetros de túneis que os fazem mover em todos os sentidos. Por sua vez, os Estados Unidos seguem suprindo Israel com armamentos cada vez mais potentes e exterminadores.

Estes dois exemplos nos mostram os limites da atuação das instituições. No caso das CPI/CPMI, este instrumento resiste às tentativas de politização e criminalização, mas também de resistência pelos partidos políticos nos enfrentamentos de suas ideologias e interesses.

Do lado da ONU, parece que este modelo criado no pós-guerra mundial está ultrapassado, já que a geopolítica de hoje apresenta novos atores e não faz mais sentido a hegemonia dos cinco países com direito a veto, criado em outro contexto, para defender seus interesses políticos, econômicos, bélicos, entre outros.

No exercício do olhar para a atualidade e considerando as produções de saberes que vimos construindo com os nossos parceiros-autores(as), voltamos nossos olhares, agora, para nosso

Periódico. No que se refere à organização da Revista Debates Insubmissos, este número 21, mantém-se seguindo a sua recorrente estrutura. Neste número são apresentados artigos, ensaios, uma crônica e uma entrevista em conformidade com as suas seções basilares. Mas, temos novidade, trata-se de um segundo Editorial, no qual o Doutor Boaventura de Sousa Santos contribui com o texto: **A divisão social do sofrimento e todas suas facetas**. Quando da sua elaboração, o Professor fez uma reflexão sobre os emigrantes que fazem a travessia do mar, saindo da África rumo à Europa. A atualidade deste ensaio, que transformamos num segundo editorial, torna-se evidente quando refletimos sobre o sofrimento do povo palestino, que vem sendo bombardeado pesadamente pelo governo de Israel, além das restrições desumanas a que está submetido.

Após os dois editoriais, apresentamos a **Seção Artigos Livres**, onde a mesma está composta por quatro artigos, com temas variados.

No primeiro artigo, de autoria do Doutor Pedro Paulo Souza África Rios (UNEB) e da Pedagoga Joseane Silva, intitulado **Formação acadêmica enquanto instrumento de empoderamento de mulheres negras da roça**, temos uma análise de narrativas das trajetórias de vida e formação acadêmica de mulheres negras da roça, que vislumbraram a educação superior como um instrumento potencializador para uma ascensão intelectual e o empoderamento. Segundo o autor e a autora, a partir desse estudo foi perceptível que a educação superior é uma importante ferramenta para que estas mulheres, que já foram privadas de tantos direitos ao longo das suas histórias, possam vir a buscar visibilidade e a ocupar espaços na sociedade, como também, a construção do empoderamento, a partir do momento que adentram na universidade pública.

O segundo artigo de autoria da Doutora Silvia Adélia Henrique Guimarães (UERJ), denominado **Questionar saberes: o lugar do “não-lugar” dos discursos periféricos**, tem como objetivo central questionar alguns saberes a partir da própria vivência da autora como professora-pesquisadora-periférica que circula em um lugar que garante *status* social, cuja presença é socialmente justificada pelo equivocado discurso meritocrático. Segundo a autora, parte de algumas reflexões, de maneira a ampliar alguns debates inscrevendo-os no seu terreno, endereço das nuances como também-lugar, legítimo, no contexto em que se luta, sobrevive, resiste e em que se tenta uma reexistência por meio da perspectiva da decolonização - do poder, do saber, do ser.

No terceiro artigo, o Doutor Clayton Emanuel Rodrigues e Doutora Cleildes Marques de Santana, ambos da UFOB, nos apresentam o artigo **Trabalho e liberdade: fetichização das relações socioeconômicas como expressão das tecnologias produtivas**, onde se propõem a analisar, por meio do método dialético, as características correlatas entre tecnologia e capital em contradição com o trabalho e a liberdade. Para o autor e a autora, entre outros argumentos, a insuficiência dos discursos de mérito e esforço pessoal na sustentação da base socio-moral capitalista diante do fim do emprego em diversas categorias, atingindo milhares de trabalhadores no mundo, tem incidência maior entre os pobres e trabalhadores desqualificados, principalmente, na América Latina.

O quarto artigo da Seção Artigos Livres, de autoria da Doutora Mitsi Pinheiro de Lacerda (UFF), com o título **Vida cotidiana: rupturas e resistências** tem por objeto refletir sobre o cotidiano e o não-cotidiano enquanto mediações que atravessam a experiência, produzindo sentidos. Para a autora, isto leva a pensar na escola, em grande parte organizada segundo os parâmetros da modernidade que forjam uma estrutura marcada pela fragmentação, homogeneização e hierarquização. Ao final, afirma que a conclusão das reflexões conduz à observação daquilo que se produz na falta e nos interstícios da regulação, buscando o que permanece e o que se cria em meio ao que desaparece, dando a ver que a racionalidade moderna não impera soberana no mundo.

O quinto e último artigo da Seção Artigos Livres, de autoria do Doutor Josenildo Campos Brussio (UFMA), da Doutora Ana Patrícia Sá Martins (UEMA) e da Pedagoga Poliane de Lima Vaz da Costa (UEMA), denominado **Relações étnico-raciais na educação infantil e sua inserção no contexto da formação continuada docente**, analisa como a inserção das relações étnico-raciais na formação continuada pode contribuir para o trabalho no cotidiano da educação infantil. O estudo, segundo seus autores, constatou que essa inserção é relevante para a educação infantil, uma vez que fornece informações, conhecimentos e experiências, para ressignificar saberes que resultem em práticas pedagógicas de respeito e inclusão. Conclui que educar, desde a infância, é parte da construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Na Seção Dossiê, com o tema **Povos indígenas e epistemologias: lutas e educações nos processos históricos/sociais e de reexistência**, coordenado pela pesquisadora Doutora Isabel Teresa Cristina Taukane – Povo Kurâ-Bakairi – Instituto Yukamaniru de Apoio às Mulheres

Indígenas Bakairi (Rede ASIE /UFMT – Unemat – UFR), e pelos pesquisadores Doutor Leonardo Zenha (UFPA) e Doutor Beleni Saléte Grandó (UFMT), temos seis artigos.

O primeiro deles, da Doutora Ana Paula dos Santos Souza (UFPA) é intitulado **O contraespaço dos povos indígenas da transamazônica e Xingu**. O segundo artigo do Doutor Raimundo Pereira Pontes Filho (UFAM) e da Mestranda Laíze Aires Alencar Ferreira (UFAM) é denominado **Logospirataria e mineração no Estado de Roraima: exploração ilegal de minérios na região da TI Yanomami**. O terceiro artigo da Doutora Janete Schubert (FLACSO) tem por título **Re(existências) e insurgências contra o genocídio e o epistemicídio nos processos extrativistas na Amazônia Equatoriana**. O quarto artigo da Doutora Ana Catarina Zema (Université de Montréal) é designado por **Reparação, memória e verdade na primeira conferência nacional de política indigenista**. O quinto artigo das Doutoradas Rosemary Santos (UERJ) e Carolina Tamayo (UFMG) é nomeado por **Povos indígenas e suas epistemologias: ressignificar as caminhadas e as trilhas percorridas por dois grupos de pesquisa**. E por último o artigo da Doutora Maria Magdalena Doyle (Universidad Nacional de Córdoba), o qual tem como título: **“Una guerra de acentos y palabras”: el derecho al idioma en los medios de comunicación de pueblos indígenas**.

Finalmente, a **Seção Pautas Insubmissas** reúne uma entrevista, três ensaios e uma crônica. No primeiro, o Doutor Leonardo Zenha (UFPA), como complemento ao Dossiê, nos apresenta uma entrevista que realizou com um jovem da Etnia Arapiun, da região do Baixo Tapajós, no Estado do Pará, denominada **A etnomídia indígena nas aldeias e nas redes: entrevista com a juventude indígena de luta, os espaços comunicativos e o fortalecimento ancestral e identitário**. Essa entrevista nos mostra o panorama da atuação de um jovem Arapiun que versa sobre o processo de construção de uma mídia indígena/etnomídia. E, ao final é reafirmado que a comunicação indígena está junto com a educação e a valorização de uma ciência ancestral e indígena.

Na sequência a mestranda Letícia Oliveira de Souza (PPGEduC/UFPE) nos apresenta o ensaio **O retrato da insubmissão feminina através da personagem Madalena na obra “São Bernardo” de Graciliano Ramos**, que trata do entorno do retrato da insubmissão feminina através da personagem Madalena pormenorizada na obra *S. Bernardo* (1934) de Graciliano Ramos, onde defende a perspectiva de que as lutas feministas, emergentes naquele contexto e as

inclinações políticas e ideológicas influenciaram a construção de alguns elementos da narrativa. A autora conclui que apesar de Gracialiano Ramos não ter pensado nas questões de representatividade e lutas das mulheres, sua personagem quebra as barreiras do romance e chega com autonomia nos dialogismos sociais contemporâneas, como a primeira performance feminista do romancista alagoano.

Outro ensaio dessa seção é de autoria do Doutorando Filipe Arnaldo Cezarinho (UFRRJ), denominado de: **Uma proposta de educação patrimonial decolonial**. Este ensaio propõe um estilo de Educação Patrimonial Decolonial direcionando olhares para o campo da vivência cotidiana das pessoas comuns com seus patrimônios culturais, tomando a Guerra de Espadas, em Cruz das Almas/BA, como objeto de estudo. Decorre de uma pesquisa que investiga textos teórico-conceituais sobre Educação Patrimonial contidos nos Cadernos Temáticos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. A leitura desses trabalhos vem sendo realizada pelos crivos teóricos decoloniais.

O quarto texto, também um ensaio, da Doutoranda Suzane Carvalho Domingos e do Doutorando Gustavo Gabaldo Grama de Barros Silva, ambos do PPGCSO/UFJF, intitulado: **Da colonização literária ao desencanto dos contos de fadas: desvelando os padrões desiguais entre gêneros na literatura clássica infantil de cunho patriarcal**, faz uma reflexão sobre como os contos de fadas tradicionais presentes nas escolas influenciam na formação das crianças, reproduzindo desigualdades de gênero e fortalecendo a dominação patriarcal. Segundo os autores, este ensaio vem contribuir para o pensamento crítico no campo da educação quando constata que a escola precisa reorientar o currículo para as diversidades sociais e das infâncias, a fim de garantir meios de emancipação e protagonismos do gênero feminino através de novos valores.

Por fim, o Mestre Fábio Rodrigo Fernandes Araújo nos traz uma crônica, denominada **Crônica de um nome**, na qual faz uma homenagem ao sexto aniversário, completado em 2018³, do Grupo de Estudos e Pesquisa em Espaço, Ensino e Ciências Humanas (GEPEECH), “nascido” em dezembro de 2012 nas dependências do *Campus* de Pau dos Ferros, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Nesse sentido, é importante apoiar todos os Grupos de Pesquisa, onde muitos em condições, às vezes insubmissas, superaram as dificuldades de se manter

³ E agora em 2023, seria o 11º aniversário.

ativo, produzindo ciência, frente aos desafios da hegemonia dos grandes Grupos de Pesquisa.

Tendo concluído a apresentação das produções constituintes do nº 21, da Revista Debates Insubmissos, somos convocados(as), finalizando este editorial, a retomar questões introdutórias que pautamos em nossas primeiras palavras. Estes tempos nos inquietam.

Por um lado, nos sentimos paralisados mediante o sofrimento ao qual o povo palestino vem sendo submetido, de modo desproporcional, sob o argumento do direito à autodefesa de Israel. Do outro lado, também, não podemos minimizar o sofrimento que o povo israelense tem passado frente aos ataques do Hamas. Como afirmou o Padre Júlio Lancellotti na sua homilia de hoje, “as crianças palestinas não são terroristas e nem as crianças israelenses são imperialistas”. Elas são apenas crianças e não podem ser bombardeadas.

A verdade é que o Hamas não é o povo palestino e nem Netanyahu é o povo israelense. Estes dois são o lado sujo e criminoso da injustiça, da ofensa e desumanidade.

Que cessem as guerras entre Israel e Hamas, entre Azerbaijão e Armênia em Nagorno-Karabakh, entre Rússia e Ucrânia, na Síria e no Iêmen. O mundo precisa de paz. As crianças precisam de suas infâncias. As famílias precisam sobreviver.

Onde está a Paz?

É como está escrito na canção “Diáspora” dos Tribalistas: *Onde está | Meu irmão sem irmã? | O meu filho sem pai | Minha mãe sem avó? | Dando a mão pra ninguém | Sem lugar pra ficar | Os meninos sem paz | Onde estás, meu Senhor | Onde estás? | Onde estás?*

Primeiro domingo de novembro, com a esperança das crianças,

Allene Lage

(Co-editora)